

ANÁLISE DA APLICAÇÃO DAS HABILIDADES ESPECÍFICAS DE HISTÓRIA DO CURRÍCULO PAULISTA DO ENSINO MÉDIO A PARTIR DA LEI 11.645/08

OMAR FERNANDO DE CARVALHO JÚNIOR; FÁBIO ANDRADE DIAS;
FRANCIELLI GONÇALVES RODRIGUES; LEILA ADRIANA BAPTAGLIN

RESUMO

O trabalho investiga a abordagem da cultura Afro-brasileira e Indígena no ensino de História do Ensino Médio em Tupã/SP, considerando a influência das revoluções mercantil e industrial europeias no Mundo Moderno. A matriz europeia, presente na educação brasileira, é criticada por Borges (2010) por perpetuar estereótipos e preconceitos nos livros didáticos. A legislação atual, como a Lei nº 11.645/08, visa modificar essa abordagem, mas a pesquisa pretende identificar as lacunas e desafios enfrentados pelos professores. O objetivo central é verificar como a temática é tratada na prática, focando em como os docentes narram e reproduzem as histórias Afro-brasileira e Indígena após a promulgação da lei. A metodologia envolveu questionários aplicados a 15 professores de História do Ensino Fundamental e Médio na Diretoria de Ensino de Tupã, abordando formação docente, recursos pedagógicos, frequência das temáticas, conhecimento sobre personagens históricos e trabalho com música em sala de aula. As respostas indicam lacunas no conhecimento sobre heróis negros e indígenas, além da tendência a generalizações sobre a escravidão e resistência. Os resultados apontam para a necessidade de uma formação continuada mais eficaz, capaz de estimular uma abordagem crítica e reflexiva dos docentes. A falta de conhecimento sobre heróis negros e indígenas pode comprometer o cumprimento da legislação vigente, influenciando a narrativa histórica de forma eurocêntrica. A conclusão destaca que, apesar da obrigatoriedade legal, aperfeiçoamentos constantes são necessários para desenvolver uma postura crítica e reflexiva entre os docentes, reconhecendo e valorizando as contribuições de diferentes grupos étnicos na construção da democracia e superação de desigualdades e preconceitos.

Palavras-chave: educação; cultura afro-brasileira; legislação educacional; formação docente; grade curricular paulista.

1 INTRODUÇÃO

As revoluções mercantil e industrial impulsionaram o movimento expansionista europeu, que proporcionou significativas mudanças nos diversos grupos étnicos que tiveram contato com a cultura europeia, configurando o que se conhece hoje como Mundo Moderno. Tais transformações, muitas vezes, ocorreram por um processo impositivo, que uniformizou o modo de vida dos povos dominados; e regularizou os aspectos socioeconômicos e culturais dos demais povos. (RIBEIRO, 1972).

Borges (2010) ressalta que este fator influenciou consideravelmente a educação brasileira, ao constituir a matriz europeia como a principal produtora e reprodutora de conhecimento; impondo seu ponto de vista sobre os acontecimentos históricos e culturais, e, excluindo a herança cultural formada pelo processo de miscigenação das três matrizes étnicas no processo educativo. Conforme a autora, os livros didáticos apresentam uma visão eurocêntrica da História brasileira, propagando velhos estereótipos e preconceitos.

A atual legislação educacional ressalta a necessidade de alteração da abordagem dispensada a tais temáticas em sala de aula, de modo a ampliar as discussões sobre a diversidade cultural, racial, social e econômica do Brasil; repensando novas metodologias e uma proposta curricular voltada para a cidadania e respeito à dignidade humana (GEBRAN et al, 2010). Nesse sentido, a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, é considerada uma das grandes conquistas para o reconhecimento da importância da cultura afro-brasileira e indígena na formação da identidade brasileira, tornando obrigatório o ensino de tais temas em todas as escolas de Ensino Fundamental e Médio; ao incluir no conteúdo, diversos aspectos da história e da cultura, que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos.

A partir destas questões, foi realizado um relato sobre a percepção de quinze professores da disciplina de História do Ensino Médio, de diferentes escolas da rede estadual da Diretoria de Ensino de Tupã/SP, em relação à aplicação de habilidades específicas da disciplina, a partir da Lei 11.645/08. Para isso foi disponibilizado um questionário com imagens e com a letra de uma canção correspondentes a dois momentos da história do Brasil, questionando aos docentes sobre o que tais imagens representam, e como trabalhariam a canção em sala de aula.

Referida investigação se faz necessária para conhecer quais os problemas que ainda não foram superados pelo advento de referida lei, e que ainda contribuem para uma visão estereotipada das etnias indígenas e afro-brasileiras.

O presente artigo tem como objetivo verificar como a temática da cultura Afro-brasileira e Indígena é tratada na prática do Ensino Fundamental e Ensino Médio, a partir do seguinte problema: Quais as narrativas estão sendo transmitidas e/ou reproduzidas sem a desconstrução e a problematização da cultura e história Afro-brasileira e Indígena desde a promulgação da lei, pelos docentes de História da Diretoria de Ensino de Tupã?

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Conforme Barbalho e Cordeiro (2018) a compreensão de um fenômeno se faz de melhor entendimento quando ele é investigado a partir do contexto em que ocorre e do qual faz parte, analisando-o por uma perspectiva integrada dos atores envolvidos, considerando pontos de vista relevantes.

De tal forma, realizou-se uma pesquisa de campo junto aos professores de História da Diretoria de Ensino de Tupã, com uma abordagem quali-quantitativa, configurando-se um estudo de caso.

Nos meses de outubro e novembro de 2020, foi aplicado o questionário aos professores da disciplina de História do Ensino Fundamental e Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino, participantes das reuniões de Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC) da área de Ciências Humanas, através do qual foi verificada a implementação da Lei 11.645/08 e a inserção do conteúdo programático nas escolas.

O questionário conta com 03 questões com imagens a respeito do conhecimento sobre personagens emblemáticos da resistência negra no Brasil e trabalho com música em sala de aula.

Insta salientar que anteriormente à submissão do questionário, fora oferecida aos professores formações pedagógicas sobre os temas propostos, tanto pela Diretoria de Ensino de Tupã quanto pelo Canal de Formação de Professores do Centro de Mídias de São Paulo no ano de 2020. Tais formações compõem a jornada de trabalho dos professores e são de caráter obrigatório, sendo que uma formação não exclui a necessidade da outra.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise de habilidades específicas de História foi realizada ao questionar sobre

imagens de personagens históricos e a letra de uma canção que trata sobre um fato histórico.

A primeira imagem é do movimento Revolta das Chibatas (1910), movimento social de resistência dos afrodescendentes no Brasil. Desde o Brasil Império, os marinheiros brasileiros eram quase todos negros recrutados pela polícia e comandados por oficiais brancos. De acordo com o código disciplinar da marinha, não podiam se casar e a punição para as faltas consideradas graves eram vinte e cinco chibatadas no mínimo. Com a Proclamação da República em 1989 a punição foi extinta, mas foi adotada novamente um ano depois. Diante de tamanha violência sofrida pelos marinheiros, entre 22 e 27 de novembro de 1910 ocorreu a Revoltada da Chibata. (NASCIMENTO, 2016)

A rebelião teve como líder João Cândido Felisberto, apelidado pela imprensa da época de ‘Almirante Negro’ e seu principal objetivo era protestar contra os castigos físicos que os militares de baixa patente recebiam. Com a rebelião, os marinheiros tiveram suas principais reivindicações atendidas, a punição das chibatadas foi extinta, mas uma semana depois, quase todos aqueles que dela participaram foram presos, mortos ou enviados para a Amazônia, em seringais (NASCIMENTO, 2016)

Figura 01: Revolta das chibatas (1910)



Fonte: Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>.

Das quinze respostas, dez delas relacionaram a imagem apresentada à Revolta da Chibata, entretanto, destes, apenas dois professores descreveram mais profundamente o que foi esse movimento. As outras respostas relacionaram a imagem à luta dos negros, mas sem especificar qual luta se referia.

A segunda imagem correspondia à Luiza Mahin, personagem histórica símbolo da herança cultural afro-brasileira e símbolo de protagonismo feminino na Revolta dos Malês, ocorrida em 1835, na Bahia.

Normalmente se referem a ela como sendo natural da Bahia e tendo nascida livre por volta 1812, porém há indícios que apontam que era pertencente à etnia JeJe e foi transportada para o Brasil para o trabalho escravo. Luiza tornou a sua casa em quartel general das principais revoltas negras que ocorreram em Salvador, em meados do século XIX. Participou da Revolta dos Malês de forma efetiva, uma das últimas revoltas de Africanos escravizados na Bahia, em 1835. Ela conseguiu escapar da violência desencadeada pelo Governo Provincial e foi para o Rio de Janeiro, onde há indícios que a apontam como participante de outras rebeliões negras, sendo presa e, possivelmente, deportada para a África (GELEDES, 2020a).

Figura 02: Luiza Mahin



Fonte: Disponível em: <https://mercadopopular.org/Mahin/sabe-quem-foi-luisa-mahin/>

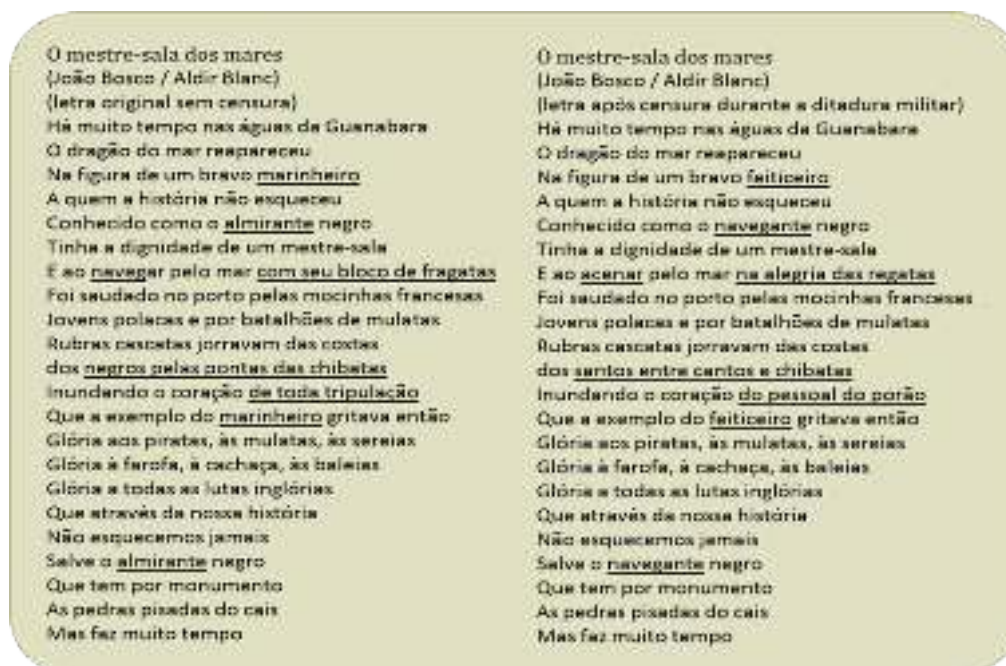
Na questão em que foi apresentada a figura de Luiza Mahin e perguntado aos docentes qual fato histórico estava relacionado à mesma, foi percebido que a maioria relacionou a imagem à escravidão e à resistência, sem especificar a qual personagem histórico ela se referia, ou ainda, relacionando a imagem com outras personagens responsáveis pela resistência do povo negro por ocasião da escravidão, principalmente com a figura de Dandara. Apenas um dos professores entrevistados respondeu que havia relação com a Revolta dos Malês, sem, entretanto, citar o nome de Luíza Mahin.

A terceira imagem diz respeito a uma comparação da letra da canção “Mestre sala dos Mares”. A canção mestre-sala dos mares foi composta por João Bosco e Aldir Blanc, tendo sua letra censurada pelo regime militar (1964-1985) por trazer ao público a figura de João Cândido Felisberto, que liderou a Revolta da Chibata em 1910. Entre as alterações na letra da música, podemos destacar a substituição de “marinheiro” por “feiticeiro” e “navegante” no lugar de “almirante” (GELEDES, 2020b).

Em 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a anistia póstuma ao marinheiro João Cândido. No dia 20 de novembro de 2008, “Dia da Consciência Negra”, com a ausência da Marinha e do Ministério da Defesa, o presidente Lula reinaugurou, no Rio de Janeiro, à beira-mar, a estátua do “Mestre Sala dos Mares” (GELEDES, 2020b).

No mesmo questionário, foi apresentada a imagem com a música “Mestre Sala dos Mares”, comparando-se sua letra original e a letra alterada, devido à censura imposta pela ditadura militar de 1964 e feita a seguinte pergunta “A letra da música “Mestre Salas dos Mares”, de Aldir Blanc e João Bosco, foi censurada pelo regime militar devido a referência a um dos heróis negros da nossa história. Como você trabalharia esse tema em sala de aula?”.

Figura 03: Mestre- sala dos mares



Fonte: disponível em: <https://slideplayer.com.br>.

Dos docentes respondentes apenas um relacionou a letra da música à Revolta da Chibata, sem, entretanto, explicitar como trabalharia o tema. Outro docente, referiu-se ao Dragão-do-mar, e a maioria não fez menção ao nome de João Cândido, herói da Revolta da Chibata.

4 CONCLUSÃO

A partir das respostas apresentadas, pode-se perceber que os heróis do movimento negro de nosso país continuam sendo pouco conhecidos por boa parte dos professores. Consta-se que tais personalidades e os acontecimentos aos quais participaram, são tratados de modo genérico; relacionando-os ou à escravidão, ou a resistência à mesma, sem, entretanto, especificar quem seriam essas pessoas ou a quais movimentos de resistência estão ligados.

As imagens e a letra da música, quando devidamente historicizadas, problematizadas, desconstruídas e interpretadas enquanto documentos históricos, são fontes de construção do conhecimento para a temática da cultura afro-brasileira, obrigatória perante a Lei nº 11.645/08, servindo como materiais pedagógicos para o desenvolvimento de habilidades específicas do Currículo Paulista. Entretanto, pela falta de conhecimento por parte dos professores, referido recurso pedagógico, pode ser erroneamente utilizado, por gerar anacronismos e, até mesmo, perpetuar a narrativa de construção do conhecimento a partir de uma visão eurocêntrica, desconexa dos valores sociais e culturais que constituem a história brasileira.

Conclui-se que, apesar da existência de disposição legal que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, ainda há a necessidade de aperfeiçoamento constante do docente, por meio de uma formação continuada que desperte uma postura crítica e reflexiva hábil a reconhecer e valorizar a contribuição de grupos sociais e étnicos na construção da democracia, e na superação de desigualdades e preconceitos.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, Alexandre Almeida; RODRIGUES, Renata Cordeiro. História e cultura afro-

brasileira e indígena: um estudo sobre a implementação da lei nº 11.645/08 no conteúdo programático das escolas públicas de Caucaia/CE. **DiÁLOGO**. UnilaSalle Editora: Canoas, n. 38, p. 43-58, ago. 2018. Disponível em: <<http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo>>. Acesso em: 18.11.2020.

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. **A inclusão da história afro-brasileira e indígena nos currículos da educação básica**. Revista Mestrado em História, v. 12, n. 1, jan./jun. Vassouras: 2010, p. 71-84.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº. 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em: 03.10.2020.

GEBRAN, Raimunda Abou; LUVIZOTTO, Caroline Kraus; PONCIANO, Deize Dense. **Proposta Curricular de história**: considerações acerca da história e da cultura afro-brasileira. Educação em Revista, v. 11, n. 2, jul./dez. Marília: 2010, p. 75-94. Disponível em: <<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/2322>>. Acesso em: 14.09.2020.

GELEDES. **Luíza Mahin**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/luiza-mahin/>. Acesso em 19.10.2020a.

Mestre sala dos mares. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ha-135-anos-nascia-o-mestre-sala-dos-mares/>. Acesso em 19.10.2020b.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. "Sou escravo de oficiais da Marinha": a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 36, n. 72, p. 151-172, ago. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882016000200151&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 19.10.2020.

RIBEIRO, Darcy. **Teoria do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1972.